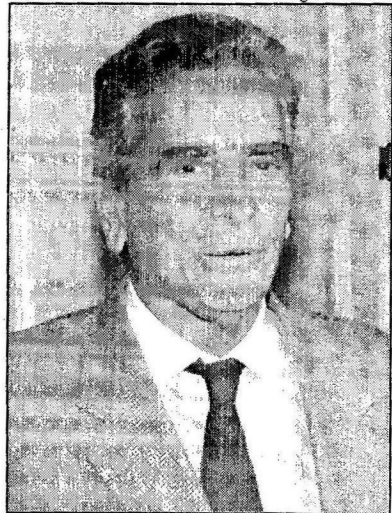


Governo fecha acordo para dívida do Rio

Otávio Magalhães/AE



Alencar: assinatura na quarta

Protocolo acertado com a Fazenda fica abaixo das expectativas do governador e provocará o adiamento da privatização do Banerj, listado como uma das garantias do refinanciamento

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O Ministério da Fazenda concluiu ontem os termos do protocolo do acordo de renegociação da dívida de R\$ 11,3 bilhões do governo do Rio com o banco do Estado, o Banerj, e outros credores. O protocolo será assinado quarta-feira pelo governador Marcelo Alencar e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e levará a um adiamento no cronograma de privatização do Banerj, que só poderá ser vendido

depois que o Senado e a Assembléia Legislativa aprovarem as condições exigidas pelo governo federal para refinarçar a dívida estadual.

Ontem, o secretário de Planejamento do Rio, Marco Aurélio Alencar, discutiu detalhes da operação com o secretário-executivo do ministério, Pedro Parente, e voltará a Brasília na segunda-feira. O Rio é o último dos grandes devedores a fechar a negociação com o governo federal.

Os termos do protocolo, porém, ficaram aquém das expectativas de

Alencar. Sua proposta previa apresentação de garantias para 20% do débito, o que credenciaria o Estado a ter as mesmas condições oferecidas a outros governadores: juros anuais de 6%, além da variação do IGP-Di. Até agora, porém, não foi possível reunir garantias suficientes para bancar os 20%.

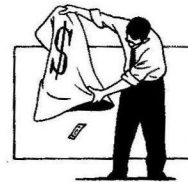
Marco Aurélio disse que até a próxima reunião ainda tentará fechar essas garantias. Mas admitiu que já está

sendo considerada a hipótese de apresentar garantias para apenas 10% do débito, o que obrigaria o Rio a refinarçar o resto da dívida com uma taxa de juros de 7,5%. "O acordo é duro e obrigará a um esforço grande de ajuste."

O secretário também teve de aceitar um comprometimento maior da receita do Estado. Ele queria iniciar o pagamento da dívida comprometendo 8,5% da receita e acenava com um au-

mento para 13% no curto prazo. O ministério não aceitou a proposta, que contrariava acordos negociados com outros Estados, e manteve o comprometimento inicial de 11%. Para Marco Aurélio, isso cria uma "dificuldade adicional" para o Rio, exigindo maior controle de gastos e novas prioridades nas despesas.

Além disso, ele informou que o protocolo só poderá ser executado depois de aprovado no Senado e na Assembléia. Isso adiará a privatização do Banerj, já que o banco é uma das garantias do refinanciamento. O secretário disse que no fim do mês será publicado novo edital de privatização, com uma cláusula explicitando que a data do leilão só será definida após aprovado o protocolo.



VENDA SÓ
SAI APÓS AVAL
DE SENADO E
ASSEMBLÉIA